info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

Subsídios para o entendimento da estratificação da pobreza paulista e mecanismos para a sua superação

Texto para discussão

Thaís Alcântara Peres[1]

Apresentação

Este texto traz um pequeno **balanço teórico-metodológico** para subsidiar o debate com os coordenadores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social na **construção conjunta dos conceitos-chave** para a elaboração dos indicadores que comporão as dimensões do Índice de Pobreza Multidimensional paulista que será operacionalizado pelo *Programa Família Paulista*.

Nosso intuito básico é **contribuir na busca do consenso** sobre as bases das quais partiremos para a escolha das variáveis e consequente elaboração de um IPM paulista que, de fato, seja sensível ao conjunto de ações e políticas da SEDS na promoção do acesso a serviços e bens para a população mais vulnerável, e que auxilie a Secretaria na mensuração, no monitoramento e na avaliação das suas ações, **fortalecendo a sua estratégia de combate à pobreza**e mobilidade social.

Falar em **mobilidade social** é falar em **estratificação social**. Falar em estratificação social é falar em **classes sociais**. Assim, após conceituar mobilidade e estratificação sociais, reacendemos o debate sobre as **classes sociais** na tradição sociológica a partir de Marx e Weber, e tratamos, brevemente, do desdobramento deste debate a partir de três chaves analíticas: Erik Olin **Wright**, John **Goldthorpe** e Pierre **Bourdieu**, a fim de evidenciar elementos nas teorias destes pesquisadores que nos dêem pistas que associem - ou não - **ações políticas e superação da classe de origem**.

Em seguida, apresentamos interpretações e **dimensionamentos possíveis da pobreza**- relativa, absoluta, moderada, extrema, como privação de capacidades, hiato de pobreza, monetária, multidimensional -que nos ajudem a pensar sobre os **estratos da pobreza paulista** de modo a delimitar as "coordenadas" do "espaço

[1] Socióloga, pesquisadora e consultora da Plan.

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

social" no qual seus estratos se movimentarão para efeito da análise da mobilidade social das famílias atendidas pelo *Programa Família Paulista*.

Com estes novos elementos apresentados, **convidamos ao debate**, abrindo a discussão para as **e**scolhas que serão feitas na construção e combinação de indicadores para a operacionalização virtuosa do IPM paulista.

Palavras-chave: mobilidade social; classes sociais; pobreza; pobreza monetária; pobreza multidimensional.

Mobilidade Social, Estratificação Social e Classes Sociais

Mobilidade social é o processo pelo qual um indivíduo (ou um grupo) que pertence a uma determinada posição social transita para outra, de acordo com o sistema de estratificação social.

Sorokin (1998) criou o conceito de "espaço social". Enquanto no espaço geográfico as referências são elementos naturais, no "espaço social" as referências são constituídas social e simbolicamente sendo possível localizar o indivíduo através de suas "coordenadas sociais" (onde eles estão na posse de bens e valores).

Mobilidade social trata, portanto, do "deslocamento de indivíduos e grupos entre posições socioeconômicas diferentes" (Giddens, 2005) neste "espaço social" no qual se distribuem bens e valores. Este deslocamento pode ser dar no decurso de uma geração, mobilidade **intrageracional**; ou entre gerações, mobilidade **intergeracional**.

A proporção de mobilidade social **ascendente** ou **descendente** é entendida como um indicador do "grau de abertura"[2] de uma sociedade e, desta feita, relaciona-se, com o sistema de **estratificação social** que nela vigora. Quando ocorre, a mobilidade social tende a ser de curto alcance, isto é, as pessoas se movimentam entre estratos, frações de classe ou classes sociais muito próximos.

A estratificação social indica a existência de desigualdades na posse de bens e valores entre pessoas de uma determinada sociedade, resultando em grupos de pessoas que ocupam posições diferentes.

São três os principais tipos de estratificação social: **i. estratificação econômica**: baseada na posse de bens materiais; **ii. estratificação política**: baseada na

[2] Termo cunhado por Karl Popper (1987) para tratar da transição da sociedade tribal, ou sociedade fechada, para uma sociedade aberta. Contra a submissão às forças mágicas do primeiro tipo de sociedade, em franca crítica à Hegel e Marx, a sociedade aberta de Popper é uma sociedade ansiosa em atender possibilidades de transformação ainda não exploradas e coloca em liberdade as faculdades críticas e capacidades de transformação do homem. Para Popper, "o futuro depende de nós mesmos, e nós não dependemos de qualquer necessidade histórica" (p.17).

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

situação de mando na sociedade; e **iii. estratificação profissional**: baseada nos diferentes graus de importância atribuídos a cada profissional pela sociedade. [3]

Embora a discussão sobre **classes sociais** tenha perdido importância no campo da Sociologia a partir do final dos anos 1980, parece urgente que o debate seja reavivado[4] para tentar compreender a persistência das desigualdades sociais e da pobreza herdadas do século XX a despeito do consenso de que seria possível, objetivamente, acabar com elas[5].

Na tradição sociológica, Marx e Weber empreendem diferentes definições para o conceito de classes sociais. Enquanto para Marx a chave analítica está na produção social e exploração do trabalho, para Weber ela se encontra no poder.

Assim, para Marx, são as determinações particulares do modo de produção e reprodução da vida social e as engrenagens da exploração que qualificam as classes. Em Weber, as classes são qualificadas pela posição de poder dos indivíduos no mercado e pelas motivações oriundas da ação e relação sociais. Embora Weber oriente sua reflexão para a ação social, classes sociais, para o autor, não se convertem, necessariamente em atores sociais. [6]

Muitas diferenças podem ser notadas entre a conceituação de Weber e Marx; um bom paralelo seria assinalar que para Marx, classes sociais são coletividades estruturadas a partir de uma posição definida na ordem econômica, notadamente a propriedade ou não dos meios de produção, que está marcada por um conflito central (exploração).

A tradição weberiana, por outro lado, supõe que classes sociais sejam grupos de indivíduos semelhantes que compartilham, conscientemente ou não, as mesmas situações de classe, cada qual permitindo aos agentes aproveitar chances de vida similares, quer dizer, um destino comum, uma dinâmica social parecida uns com os outros, *Lebenschancen* ou **"chances de vida"**.

Ainda, para Weber (1979), as classes sociais são fenômenos de **distribuição de poder** dentro de uma comunidade política e, no plano coletivo, a sociedade se

---

[3]É importante ressaltar que todos os aspectos de uma sociedade - econômicos, políticos, sociais e culturais - estão interligados. Assim, os vários tipos de estratificação não podem ser entendidos separadamente e, mais, a constituição de sociedades estratificadas socialmente é um fenômeno histórico, ou seja, as diferenciações sociais e a formação de suas características ocorrem em função de processos históricos explicáveis dentro de suas próprias lógicas.

[4]O debate sobre o fim das classes sociais se inicia com Robert Nisbet (1969), passa por Raymond Aron (1959), Terry Clark e Seymour Lipset (1991) e cresce, nos últimos 50 anos, com argumentos econômicos, políticos e sociais, como a diminuição da desigualdade econômica e educacional, a maior permeabilidade das fronteiras sociais para o acesso ao consumo e aos bens culturais, a frágil distinção entre as diversas classes sociais, o aumento da mobilidade social, a diminuição crescente da chamada "consciência de classe" e da ação social.

[5]Sen (2000); Sachs (2005).

[6]Não há, na obra de Marx, uma definição explícita para classe social. No momento de sua morte, em 1883, Marx deixou inacabado o capítulo de O Capital, intitulado "Classes Sociais". O capítulo iniciava com uma definição de classe social semelhante àquela proposta por Adam Smith, fundada na divisão entre capital fundiário, capital imobiliário e força de trabalho: "todo o patrimônio de um homem pobre consiste na sua força e habilidade de mãos" . No Manifesto Comunista, nota-se uma oposição irredutível entre duas classes.

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

divide em **classes** (relações de mercado; ordem econômica), **estamentos** (maneira de viver; ordem social) e **partidos** (luta pelo domínio; grupo de interesses); tal divisão nos permite entender os mecanismos diferenciados de distribuição de poder[7].

Como desdobramento destas duas perspectivas para a compreensão do conceito de classes sociais, poder-se-ia discorrer longamente sobre três chaves analíticas propostas por diferentes teóricos para os estudos sobre mobilidade social que serão aqui brevemente apresentados: Erik Olin Wright, John Goldthorpe e Pierre Bourdieu.

Wright e Goldthorpe[8] constroem esquemas de **posições de classe** a partir da diferenciação da **estrutura ocupacional** para, através desta estrutura, observar empiricamente a estratificação social e empreender estudos sobre mobilidade social. A projeção destes autores se deve, em larga medida, ao caráter inovador dos seus **estudos empíricos**.

Bourdieu (1989), por sua vez, constrói classes como categorias analíticas para identificar indivíduos culturalmente diferentes; para o autor, **classes são uma formação de agentes que ocupam posições semelhantes no espaço social**, levando-os a adotar atitudes e interesses semelhantes neste espaço de relações. Sua grande contribuição foi, provavelmente, assinalar que as **práticas culturais** constituem uma **dimensão essencial** na conformação das classes[9].

A obra de Erik OlinWright sistematizou e conceituou, a partir da teoria marxista, uma tipologia de classes para ser usada em estudos empíricos. A sua maior contribuição, para além da teoria marxista, talvez tenha sido propor uma resolução para o dilema do lugar da classe média em uma estrutura de classes como demonstra o seu primeiro mapa de classes apresentado na sua tese de doutorado publicada em 1976.

O apoio teórico marxista torna-se, naturalmente problemático para Wright na medida em que as relações de **exploração** são substituídas por relações de **dominação** (controle) entre as várias classes, solução encontrada para as questões trazidas pelo **capitalismo moderno** (como, por exemplo, as crescentes qualificação e burocratização). Em *Classes,* publicado em 1985, Wright faz a revisão crítica

---

[7]A princípio, para Weber, classe social pode ser compreendida como um conjunto de indivíduos que o pesquisador resolve agrupar segundo critérios próprios.

[8]John Goldthorpe é reconhecido pelo empreendimento de grandes estudos empíricos uma vez que coordenou com Walter Müller, na década de 1980, um grande projeto de análises comparativas de mobilidade social envolvendo diversos países europeus, o CASMIM (ComparativeAnalysesof Social Mobility in Industrial Nations).

[9]E assim, para além de Max Weber que associa idealmente "estilo de vida" a estamentos, a grupos endogâmicos que bloqueiam o livre curso do mercado boicotando os princípios classificatórios eminentemente econômicos, Pierre Bourdieu mostra que na sociedade de classes, os critérios fundamentais de classificação social não são a propriedade e o mercado, mas as categorias sócio-culturais, os diferentes estilos de vida e, mais, que : "A aversão pelos estilos de vida diferentes é, sem dúvida, uma das mais fortes barreiras entre as classes". (Bourdieu, 2007, p. 57).

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

desta questão denotando maior preocupação com a dominação (qualquer situação de opressão) do que com a exploração (dominação apenas material). [10]

O esquema teórico de classes de Goldthorpe está baseado em uma **estrutura ocupacional** cujas categorias, "posição de mercado" e "posição de trabalho", são construídas a partir da teoria de Lockwood, weberiano confesso.

Lockwood (1962, p.6) define **"situação de classe"** como a "situação de mercado, ou seja, a posição econômica no seu sentido estrito", o volume e a origem dos ingressos, o grau de segurança no emprego e a possibilidade de ascensão; e "situação de trabalho" como "o jogo das relações sociais que envolvem o indivíduo" enquanto trabalhador e como consequência da sua posição na divisão do trabalho, donde se desprende a situação de status, ou seja, "a posição na hierarquia de **prestígio** da sociedade em geral".

Assim, "**Posição de mercado**", ou seja, a posição na estrutura econômica, e "**posição de trabalho**", ou seja, a posição nas relações de produção, são os conceitos emprestados por Goldthorpe[11] a Lockwood para construir o seu **esquema relacional de classes**.

A correlação que Goldthorpe faz entre o mercado de trabalho e a posição de classe leva-nos a pensar **que são as oportunidades no mercado de trabalho que definem as chances de vida das pessoas**. Daí a afirmação de Weber (1979, p. 214) que "situação de classe é, em última instância, situação de mercado", distinguindo "situações de classe" (aspectos da **distribuição de poder** em uma comunidade nacional, assim como os principais componentes causais das chances de vida dos indivíduos nas sociedades capitalistas) de "classes sociais" (agregados de situações de classe que se constituem com base em **processos de associação e de mobilidade social)**[12].

Assim, para Goldthorpe (1983), as "**chances de vida**" dos indivíduos e as suas consequências sobre as classes resultam das **relações de propriedade e distribuição de recursos** no mercado e nas unidades produtivas.Neste sentido, **as trajetórias de classe dos indivíduos** e, mais precisamente o queGoldthorpe define como "**identidade demográfica**" das classes tem grande efeito na análise da mobilidade social na medida em que revelam **a formação de coletividades sociais**.

No registro da "identidade demográfica", Goldthorpe (1983, p. 467) define classes como "coletividades que são identificadas através do **grau de continuidade** com que, em conseqüência dos padrões de mobilidade e imobilidade da classe, **seus membros estão associados com grupos particulares de posições no tempo**", ou seja, uma posição de classe adquire uma "identidade demográfica" quando a

[10]Esta segunda classificação de Wright tenta incorporar a conceituação weberiana de classes, mas subordinando-a à marxista, ao menos como Wright a entende.
[11]Goldthorpe, J. H. e outros, 1987.

[12]Weber, 1979 e Weber, 1999.

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

maioria dos seus membros tem sua origem de classe nela e é o "**grau de identificação demográfica" – de persistência e estabilidade em uma classe ao longo da vida**e entre gerações – que possibilita um grau de identificação de interesses, normas e valores que **criam padrões de comportamento coletivo em** diversas esferas da vida social (idem, p. 30). Tais coletividades, conforme o grau de identificação que possuem, **podem se tornar coletividades sócio-políticas capazes de mobilizar a ação coletiva das classes**.

Finalmente, retomando a questão para Bourdieu, têm-se a introdução de um novo conceito como princípio unificador e gerador de práticas de classe: o "**habitus**" de classe como "forma incorporada da condição de classe e dos condicionamentos que ela impõe" (2007, p. 97).

Assim, para Bourdieu,**classe social é uma construção para além da propriedade**[13]propriamente dita, classe social é a "**estrutura das relações entre todas as propriedades** pertinentes que confere seu valor próprio a cada uma delas e aos efeitos que ela exerce sobre as práticas". (2007, p. 101).

Por fim, para o autor, classe social é o **resultado do jogo da distribuição das propriedades** e das práticas para o qual as **trajetórias individuais desempenham um papel importante.**

Face aos objetivos do Programa Família Paulista, interessa-nos apreender os fatores que subjazem aos processos de mobilidade social das famílias atendidas. Trata-se, portanto, de investigar o processo de mobilidade social nos estratos sociais da pobreza paulista.

Questões metodológicas: de qual pobreza partiremos?

Definir um conceito para a pobreza paulista e partir dele para construir o "espaço social" **no qual seus estratos se movimentarão** para efeito da análise da mobilidade social das famílias atendidas pelo *Programa Família Paulista* é o cerne do primeiro produto desta consultoria.

Muitas são as maneiras para medir e compreender a pobreza, local e globalmente, e à medida que as sociedades se tornam mais desenvolvidas, **a compreensão do que é pobreza passa por novas interpretações**. O *necessário à sobrevivência*, por exemplo, ganha contornos diferentes conforme o nível de bens e serviços que circulam em uma determinada sociedade.

Giddens (2005), toma a pobreza a partir de duas vertentes: **pobreza absoluta**, fundamentada na ideia de subsistência; e **pobreza relativa**, relacionada ao padrão de vida geral predominante em um grupo específico. A percepção de pobreza em

[13]Trata-se aqui de quaisquer propriedades: capital, sexo, idade, origem social ou étnica, remuneração, nível de instrução, etc.

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

Giddens, tanto no conceito relativo, como no absoluto, é macroeconômica, ou seja, define como pobres (relativos) aspessoas que são ou estão situadas na camada inferior da **distribuição de renda** e, por esta razão, tem menos de algum atributo (renda, condições favoráveis de emprego, moradia ou poder; e como pobres (absolutos), as pessoas que estão aquém de **um padrão mínimo de vida necessário à sobrevivência** (alimentação, moradia, serviços públicos, vestuário).

Sachs distingue três graus de pobreza – a **relativa**, a **moderada** e a **extrema** – e, no momento em que escreveu o já clássico *O Fim da Pobreza*, em 2005, estava preocupado com a pobreza extrema que atingia um sexto da humanidade, localizada na periferia subdesenvolvida do planeta, sem poder **satisfazer as mínimas necessidades de sobrevivência**, sofrendo de fome crônica e sem acesso a saneamento básico, educação e saúde.

Para Sen (2000), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-estabelecido[14]. **"Capacidades"**, para Sen, dizem respeito a um tipo de **"liberdade"**: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos (o quê uma pessoa considera valioso fazer ou ter) ou, em outros termos, **a liberdade para ter estilos de vida diversos**.

Sen enriquece o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação **chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida e não apenas material** (renda) e que são as privações sofridas que determinam o posicionamento das pessoas nas outras esferas.

Para o autor, a **renda seria apenas um meio** para os fins que as pessoas têm razão para buscar e para as **liberdades de poder alcançar esses fins**. Assim, a pobreza em Sen, deve ser entendida como a **privação da vida** que as pessoas realmente podem levar **e das liberdades** que elas realmente têm e um aumento das capacidades tornaria as privações humanas mais raras e menos crônicas.

São cinco os tipos de "liberdade" analisados por Sen: **liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora**, que se relacionam, fortalecendo umas às outras. Facilidades econômicas (oportunidades de participação no comércio e na produção), por exemplo, podem ajudar a gerar renda individual; e a ampliação do acesso à educação básica (sobretudo das mulheres) pode influenciar as taxas de fecundidade.

Nesta linha de abordagem, o **Relatório de Desenvolvimento Humano** elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **PNUD**, inovou ao

[14]O que não significa que, para Sen, a renda não seja importante, mas que a redução da pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza. Para o autor, tratar a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda seria confundir os fins com os meios.

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

apresentar, a partir de meados da década de 1990 o cálculo do **Índice de Desenvolvimento Humano** (IDH) de todos os países e, ao final da mesma década, ao trazer também o **Índice de Pobreza Humana** (IPH),introduzindo a ideia de que o **padrão de vida** não poderia ser medido pela posse de um conjunto de bens nem pela sua utilidade, mas sim pela **capacidade dos indivíduos em usar esses bens para alcançar satisfação ou felicidade**.

Não é fácil traçar perfis de pobreza, mas podemos compreendê-la melhor se olharmos para os fatores que a ela se ligam.

Pobreza Monetária

Na literatura, a metodologia mais usual para o dimensionamento da pobreza é a da **Pobreza Monetária** baseada na **linha de US$1,25** por dia por pessoa,usada pelo **Banco Mundial**há 20 anos para situar monetariamente as famílias pobres.

Para o **caso brasileiro**, a pobreza monetária está assim caracterizada[15]:

Extrema pobreza: rendimento familiar per capita mensal de até R$ 77,00.

Pobreza: rendimento familiar per capita mensal de até R$ 140,00.

Sônia Rocha estimou linhas de pobreza e de indigência brasileiras para os anos de 2004 a 2013 ao nível de maior detalhamento possível, isto é, por Unidades da Federação e estratos urbano, rural e metropolitano de cada uma delas.

As linhas de pobreza e de indigência utilizadas para a obtenção dos indicadores de insuficiência de renda, feitas a partir da PNAD, têm duas características básicas: a primeira é que não são linhas de pobreza ou de indigência normativas, isto é, não refletem uma estrutura de consumo otimizado ou padrão, mas **a estrutura de consumo observada em populações de baixa renda** partir de pesquisa de orçamentos familiares, especificamente a POF 1987/1988 (IBGE),resultando que a composição de cada uma das cestas alimentares que lhes servem de base reflete os hábitos e as preferências das famílias face à restrição de renda[16].

A segunda característica é que, reconhecendo que existem significativas discrepâncias entre padrões de consumo e preços ao consumidor entre as regiões e conforme o local de residência, foram estabelecidas linhas de pobreza e de indigência que levam em conta os diferenciais **metropolitano, urbano e rural**.

Assim, com base nas **cestas de consumo** estabelecidas originalmente, os **valores são atualizados ano a ano** com base em índices de preços por região

[15]Decreto Federal nº7.492 de 2 de junho de 2011.

[16]Sendo estabelecida de modo a atender os requisitos nutricionais médios da população a qual se refere.

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

metropolitana e por grupo de produtos do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor do IBGE.

Nesta metodologia, **as linhas de Pobreza e Extrema Pobreza** calculadas a partir da POF/IBGE e ajustadas a cada ano pela variação dos INPCs regionais em nível de grupos de produtos, resultam na seguinte tabela:

Tabela 1 - Linhas de pobreza, regiões selecionadas

	POBREZA		**EXTREMA POBREZA**	
	set. /11[17]	set. /13	set. /11	set. /13
	em R$	em R$	em R$	em R$
São Paulo				
Metrópole	357,68	398,04	100,04	117,77
Urbano	228,56	254,35	81,65	96,11
Rural	143,79	160,01	64,21	75,58

O trabalho de Foster, Greer e Thorbecke (1984), apresenta uma metodologia em três etapas para o dimensionamento da pobreza. O índice de pobreza geral criado por eles **inclui tanto a proporção de pobres** (a razão entre o número de pessoas que vive abaixo da linha da pobreza e a população total) **como o hiato de pobreza** (a distância média da renda dos indivíduos pobres em relação à linha da pobreza, calculada como uma razão da linha da pobreza. Quanto menor o hiato, mais próximas as rendas dos indivíduos pobres estão da linha da pobreza).

O índice (FGT) é baseado no hiato de pobreza individual, mas permite que se estabeleça um peso maior para os indivíduos mais pobres entre os pobres da distribuição de renda.

A primeira etapa consiste em **fixar o valor monetário das linhas de pobreza**. A determinação da linha de pobreza em estudos que utilizam a variável renda pode se dar de duas maneiras: na primeira, utiliza-se o **salário mínimo como referência** para fixar a linha de pobreza; na segunda, a linha é determinada exogenamente em função do **nível de consumo das famílias**, através de pesquisas de orçamento familiar como a de Rocha (1997), tratada anteriormente.

Na segunda etapa deve-se, a partir da linha de pobreza estabelecida, **dividir os indivíduos em pobres e não pobres**. Na última etapa, agrega-se à **distância dos pobres à linha de pobreza**, de forma a se dar mais ou menos peso aos indivíduos relativamente mais pobres da população.

[17]Coloca-se os valores de 2011 para estabelecer um termo de comparação com o Decreto Federal nº7.492 de 2 de junho de 2011 que estabeleceu as linhas de pobreza e extrema pobreza brasileiras. Coloca-se os valores em 2013, última atualização feita pela autora, para se ter uma ideia da evolução dos valores das cestas de consumo das populações de baixa renda.

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

Os índices absolutos de pobreza de Foster, Greer e Thorbecke podem ser calculados utilizando o **grau de aversão à pobreza** igual a 0, 1 e 2, **proporção dos pobres, hiato de pobreza e severidade da pobreza**, respectivamente.

Apesar das críticas à medida FGT por considerar apenas a **insuficiência de renda**, ela é apropriada quando "(i) não existe disponibilidade de outras medidas que possam ajudar a caracterizar o estado de pobreza, (ii) **há uma forte correlação entre o uso de recursos/renda e os fins que as pessoas desejam obter** e (iii) o grau de desigualdade entre as pessoas é baixo."[18]

A **Pobreza Multidimensional**, que veremos na próxima seção, é uma estratégia metodológica de combinação das duas abordagens, a da **pobreza monetária** e a da **vulnerabilidade social** (recortes de renda per capita familiar e privações de bens e serviços).

Pobreza Multidimensional

Os **argumentos em favor** da utilização de um método multidimensional de **estratificação e mensuração da pobreza** estão fundamentados basicamente em três pontos:

1. A **renda**, sozinha, **não** necessariamente se apresenta como um **indicador ideal** para sinalizar melhorias na qualidade de vida das pessoas;
2. a pobreza é uma **questão social** ampla caracterizada por **diversos elementos**, desde a falta de renda, a exclusão social e a baixa escolarização até condições precárias de habitação e violência urbana;
3. analisada em suas várias dimensões possibilita a **gestão das informações**, fornecendo subsídios para a **focalização** das políticas públicas e a **priorização** de ações para a sua superação.

Assim, a Pobreza Multidimensional é entendida como a situação de privação de acesso aos meios econômicos e às políticas públicas que asseguram a cidadania plena e requer, para sua superação, uma estratégia abrangente de programas sociais de natureza universal, alocativa e redistributiva que sejam monitorados e avaliados a partir de um conjunto de indicadores específicos que integrem a pobreza monetária (renda) e a vulnerabilidade social (privações de acesso a direitos, bens e serviços).

Os indicadores multidimensionais de pobreza se diferenciam pelo foco: na pobreza, na vulnerabilidade ou no progresso social; pelas dimensões consideradas e seus respectivos pesos; pelas variáveis que compõem os indicadores; pelas linhas de pobreza utilizadas; pela combinação das dimensões e privações; pelas fontes das bases de dados; e, por fim, pela agregação ou não dos indicadores.

[18]Comim; Bagolin, 2002, p.5.

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

A **CEPAL**, há mais de 30 anos, dimensiona a pobreza da perspectiva das **Necessidades Básicas Insatisfeitas** (NBI) ou da **Vulnerabilidade Social** que mede as combinações de privações de acesso a direitos sociais, serviços e bens, em 3 níveis, quais sejam, **Extrema Vulnerabilidade, Vulnerabilidade Social ou Necessidades Básicas Insatisfeitas e Não Vulneráveis, com o corte em 25% de privações**.

A metodologia da CEPAL conta com cinco dimensões - habitação, serviços básicos, emprego e proteção social, educação e padrão de vida- constituídas por 13 indicadores, sendo um deles explicitamente a pobreza monetária que tem peso de 14,8% (o dobro do peso dos outros indicadores).

O **Índice de Pobreza Multidimensional** (IPM), lançado em 2010 pelo **PNUD**, aponta **privações em educação, saúde e padrão de vida** – as mesmas **três dimensões** do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proporcionando uma interpretação da pobreza para além da renda, e **substituindo o Índice de Pobreza Humana** (IPH).

O índice, desenvolvido pela **OPHI** *(Oxford Poverty & Human Development Initiative)* foi batizado como **Alkire-Foster**, nome dos seus idealizadores: Sabina Alkire e James Foster.

As **três dimensões** do IPM se subdividem em **dez indicadores**: nutrição e mortalidade infantil (saúde); anos de escolaridade e crianças matriculadas (educação); gás de cozinha, sanitários, água, eletricidade, pavimento e bens domésticos (padrões de vida).

Para o índice do **PNUD/OPHI**, uma família é multidimensionalmente pobre se sofre privações em, **pelo menos, 30% dos indicadores** (cada divisão vale um terço; estes pesos são divididos proporcionalmente pelo número de indicadores analisados em cada uma delas).

Diferentemente do índice da CEPAL, o IPM PNUD/OPHI, embora multidimensional para medir a vulnerabilidade social, **não considera explicitamente a renda** (pobreza monetária) em nenhuma de suas dimensões. Além disso, toma o **indivíduo** como a **melhor unidade de análise**, pois, para Alkire (2008, p.8), **somente os indivíduos podem ser considerados como as unidades últimas da preocupação moral**, servindo-se do **"individualismo ético"** como **guardião** para que as conquistas de um grupo apenas possam ser celebradas se não houver privações e ausências de liberdades dos demais membros do grupo.

Frente a estas diferenças, duas questões se colocam:

1. pode-se, partindo-se do indivíduo, **pressupor que em muitos grupos os avanços serão compartilhados de forma equitativa**; no entanto, se a escolha for por uma unidade coletiva de análise, como a **família,** a avaliação das melhorias na qualidade de vida do conjunto **pode não apontar desigualdades individuais** existentes no seu interior;

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

2. mesmo não considerando explicitamente a renda, Sabina Alkire (2008) **reconhece que recursos financeiros são elementos essenciais** para o alcance da qualidade de vida dos indivíduos, e o método Alkire-Foster deve contemplá-los indiretamente em suas dimensões.

No entanto, como não é certo que recursos monetários sempre serão trocados por bens que satisfaçam necessidades e vontades, ao se servir do método Alkire-Foster, deve-se ficar atento para que no processo de mensuração da pobreza sejam considerados elementos que possuam valor intrínseco e, desta feita, confiram "liberdade", nos termos de Amartya Sen, àqueles que os possuem. Nestes termos, fatores como idade ou gênero podem ser determinantes.

Referências

ALKIRE, Sabina. "The Capability Approach to Quality of Life".Background paper for the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress.Oxford, setembro de 2008.

_____; FOSTER, James."Counting and Multidimensional Poverty.Oxford Poverty and Human Development Initiative".*WorkingPaper* nº 32. Oxford, dezembro de 2009.

ARON R. *Les désillusions du progrès, essai sur la dialectique de la modernité*. Paris :Calmann-Lévy, 1959.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. RJ : Bertrand Brasil, 1989.

_____. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. SP :Zouk, 2004.

_____. *A distinção: crítica social do julgamento*. SP :Zouk/EDUSP, 2007.

CLARK T. N.; LIPSET, S.M.. "Are Social Classes dying?". In: *International Sociology*, nº 6, pp. 397-410, 1991.

COMIM, Flávio; BAGOLIN, Izete. "Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul". Encontro de Economia Gaúcha, PUC-RS, 2002. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_comim_bagolin.pdf

FOSTER, J.; GREER, J.; THORBECKE, E. "A class of decomposable poverty measures". In: *Econometrica*, v. 52, nº. 3, p. 761-766, 1984.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Porto Alegre : Artmed, 2005.

_____. *The Class structure of the advanced societies*. NY : Harper and Row, 1973.

info@planpp.com
www.planpp.com
T +55 11 3020.5800
Rua Tupi 267 cj 62
São Paulo SP Brasil
01233.001

_____. "Employment, class and mobility: a critique of Liberal and Marxist theories of long-term social change". In: HAFERKAMP, H.; SMELSER, J. (eds.) *Social change and mobility*. Berkeley :University of California Press, 1992.

GOLDTHORPE, J.H. "On the service class: its formation and future". In: GIDDENS, A.; MACKENZIE, G. (eds.) *Social class and the division of labor*. Cambridge : Cambridge University Press, 1982.

_____. "Women and class analysis: in defense of the conventional view". In: *Sociology,* vol. 17, nº 4, 1983.

_____. "On Economic development and social mobility".British Journal of Sociology, vol. 36, 1985.

_____; LLEWELLYN, C.; PAYNE, C. *Social mobility and class structure in Modern Britain*.Oxford :ClarendonPress, 1987.

LOCKWOOD, David. *El Trabajador de la clase media*. Madrid : Aguilar, 1962.

NISBET, Robert. "The Decline and fall of social class". In: *Pacific Sociological Review*, nº 2, pp. 119-129, 1969.

POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos.* (Tomo 1). São Paulo : EDUSP, 1987.

ROCHA, S. "Do consumo observado à linha de pobreza". In: *Pesquisa e Planejamento Econômico,* v. 27,n º 2, p. 313-352, agosto de 1997.

SOROKIN, Pitirim. "Social space, social distance, and social position". In: JOHNSTON, B. (ed.) *On the practice of Sociology*. Chicago : The University of Chicago Press, 1998.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. SP : Companhia das Letras, 2000.

SACHS, Jeffrey. *O Fim da pobreza: como acabar com a miséria mundial nos próximos 20 anos*. SP : Companhia das Letras, 2005.

WEBER, Max. "Classe, Estamento, Partido". In: Weber, M. *Ensaios de Sociologia*. RJ :Zahar, 1979.

_____. *Economia y sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1999.

WRIGHT, E. O. *Classes.* London : Verso, 1985.